



Princípios de inovação social, empreendedorismo social e economia circular na atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento: uma análise através da percepção de seus gestores

Anna Luiza Motta Nascimento ¹

Pablo Aurélio Lacerda de Almeida Pinto ²

Resumo

Diante das contradições do sistema capitalista, marcado por desigualdades sociais, competição desenfreada e intensa exploração dos recursos naturais, vem ganhando atenção a busca por alternativas econômicas que amenizem tais desigualdades e promovam inclusão social e financeira. Essa pesquisa tem por objetivo investigar a relação entre algumas práticas dessas novas formas de economia. Sendo assim, busca-se analisar como os princípios, dimensões e características da inovação social (IS), de economia circular (EC) e de empreendedorismo social (ES) têm sido incorporadas nas ações dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento para que esse modelo de finanças solidárias atinja seus objetivos. Para tal, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a realização de entrevistas semiestruturadas com 07 gestores de bancos comunitários. O roteiro foi composto por 40 questões, aplicadas entre outubro e novembro de 2023 e entre distribuídas em 05 grandes categorias. Já a análise interpretativa do corpus se deu pelo uso da Análise de Conteúdo. Foi possível concluir que os bancos não se limitam ao enquadramento de iniciativas de economia solidária. Tais organizações, se enquadram como uma inovação social, incorporam princípios de empreendedorismo social e se preocupam em realizar práticas características de economia circular. O trabalho faz-se relevante ao contribuir para uma aproximação entre os conceitos dessas novas formas de economia, bem como uma maior integração entre as iniciativas, contribuindo também para o aperfeiçoando das ações já existentes através da incorporação de novas práticas.

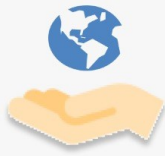
Palavras-chave: Bancos Comunitários. Inclusão financeira. Inovação. Empreendedorismo. Economia Circular.

Principles of social innovation, social entrepreneurship and circular economy in the work of community development banks: an analysis through the perception of their managers

Faced with the contradictions of the capitalist system, marked by social inequalities, unbridled competition and intense exploitation of natural resources, the search for economic alternatives that mitigate these inequalities and promote social and financial inclusion has been gaining attention. This research aims to investigate the relationship between some of the practices of these new forms of economy. As such, it seeks to analyze how the principles, dimensions and

¹ Anna Luiza Motta Nascimento - Universidade de Pernambuco. <http://orcid.org/0000-0003-2622-825X> - annaluiza.motta@upe.br

² Pablo Aurélio Lacerda de Almeida Pinto – Universidade de Pernambuco. <http://orcid.org/0000-0001-5199-5181> - pablo.aurelio@upe.br. <http://lattes.cnpq.br/6921695162250491>



characteristics of social innovation (SI), circular economy (CE) and social entrepreneurship (SE) have been incorporated into the actions of Community Development Banks so that this solidarity finance model achieves its objectives. To this end, semi-structured interviews were conducted with 7 community bank managers. The script consisted of 40 questions, applied between October and November 2023 and divided into five broad categories. The interpretative analysis of the corpus used content analysis. It was possible to conclude that the banks are not limited to the framework of solidarity economy initiatives. These organizations are social innovators, incorporate principles of social entrepreneurship and are concerned with carrying out practices characteristic of the circular economy. The work is relevant as it contributes to bringing the concepts of these new forms of economy closer together, as well as greater integration between the initiatives, while also contributing to the improvement of existing actions through the incorporation of new practices.

Keywords: Community Banks. Financial Inclusion. Innovation. Entrepreneurship. Circular Economy.

Recebido em: 16/06/2024

Aceito em: 29/08/2024

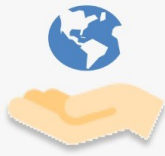
Publicado em: 04/09/2024

1. Introdução

O processo de globalização eliminou barreiras comerciais e culturais, favorecendo o desenvolvimento econômico em algumas partes do mundo. Entretanto, conforme enfatizado por Prim *et al.*, (2018, p. 02) atualmente, observa-se no sistema capitalista “uma lacuna deixada pela falta de políticas públicas adequadas, que acaba por fomentar grandes problemas sociais, como por exemplo, a falta de emprego e renda, exclusão social, desastres naturais, fome, pobreza, problemas de saúde, entre outros”.

Em meio a este cenário de exclusão financeira e social e degradação ambiental, iniciativas de Economia Social e Solidária (ESS) se destacam como respostas em prol da inclusão e da geração de trabalho e renda. Segundo D’Amario e Comini (2020), a economia solidária surge como uma expressão popular na busca de melhorias para o sistema precário de trabalho, desemprego e pobreza. Singer (2001, p. 48), pioneiro dos estudos sobre o tema no Brasil, destaca que este modelo alternativo de economia é “uma resposta a uma profunda crise social que a reestruturação produtiva, as novas tecnologias, a falta de crescimento econômico e a globalização acarretaram”.

Tais iniciativas ganharam expressão no Brasil ao longo dos anos de 1990, como reflexos das ondas de desemprego em larga escala e da insegurança econômica, que impeliram os trabalhadores a buscar alternativas de ocupação e renda (GAIGER, 2013).



Segundo os dados do segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil, finalizado em 2013, neste ano havia no Brasil 19.708 empreendimentos econômicos solidários registrados e distribuídos ao longo do país. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), já no ano de 2018 havia mais de 20 mil empreendimentos de economia solidária cadastrados no Brasil (MTE, 2018).

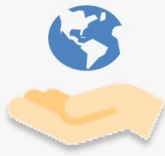
Dentre as diversas iniciativas de Economia Solidária no país, este trabalho tem como foco os Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Segundo Melo Neto e Magalhães (2009), essas organizações são “serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. O objetivo geral de um BCD é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo.

Entretanto, a expansão dessas iniciativas que propõem novas formas de economia vem acompanhada de desafios que atualmente limitam a expansão das potencialidades destes empreendimentos, sejam por barreiras institucionais ou pela falta de subsídios e políticas públicas adequadas.

Neste contexto de corrigir possíveis desequilíbrios gerados pela lógica capitalista e promover mudanças no âmbito econômico, social e ambiental, emergem também práticas de inovação social, economia circular e empreendedorismo social. As inovações envolvem mudanças, mas nem todas as formas de mudança podem ser qualificadas como inovação. Somente mudanças qualitativas que desconstroem práticas e conhecimentos comuns em uma área específica podem ser chamadas de inovações (D’Amario; Comini, 2020).

O termo inovação é frequentemente associado à resolução de problemas. De acordo com Bouchard (2012), uma inovação social (IS), especificamente, é uma intervenção iniciada por atores sociais para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, fornecer uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação para modificar as relações sociais, transformar um quadro de ação ou propor novas orientações culturais.

A necessidade de mudanças deu espaço também às práticas de economia circular. Através de uma proposta de modelo fechado, ou seja, com uso contínuo dos recursos, a economia circular (EC) se assenta nos objetivos de otimizar o fluxo de bens, maximizando o aproveitamento dos recursos naturais e minimizando a produção de resíduos (LEITÃO, 2015).



Tais práticas permitem a maximização do valor econômico dos produtos, refletindo principalmente de forma positiva no âmbito ambiental.

Por outro lado, o empreendedorismo social (ES) visa preencher as lacunas deixadas pelos setores econômicos tradicionais ao mesmo tempo em que cria valor social. Segundo Silva *et al.*, (2012) empreendedorismo social acelera o processo de mudanças e traz soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais seja por detectar um problema que ainda não é conhecido pela sociedade ou por vê-lo por meio de uma perspectiva diferenciada.

Apesar da importância das práticas citadas anteriormente, o tema ainda é pouco abordado no Brasil. A pesquisa de Medeiros *et al.*, (2017) avaliou os trabalhos encontrados nos eventos da ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração) entre 2008-2015, organização que é referência para as pesquisas em Administração no Brasil e concluiu que existem poucos estudos sobre inovação social e empreendedorismo social no país, enquanto processos de inovação e empreendedorismo voltados para o mercado (lucro) são amplamente encontrados.

Nesse sentido, considerando que economia social e solidária, inovação social, economia circular e empreendedorismo social são propostas que visam gerar processos de mudanças e transformações em situações específicas através de soluções inovadoras, faz-se oportuna a realização de uma pesquisa que objetive evidenciar esta temática. Assim, este trabalho tem por objetivo analisar e identificar, a partir da percepção de gestores, a presença dos princípios de inovação social, empreendedorismo social e economia circular na atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

2. Referencial Teórico

2.1 Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, popularmente conhecidos somente como bancos comunitários, têm se expandido e ganhado força no país. Segundo Silva e Pereira (2023), tais bancos se constituem como modelos específicos de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para a disponibilização de serviços financeiros e não financeiros apropriados às realidades locais, sobretudo em bairros e municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Melo Neto e Magalhães (2009) reforçam que tais iniciativas são regidas pelos princípios da economia solidária.



O Banco Palmas, fundado em 1998 no conjunto palmeiras em Fortaleza, foi o primeiro BC a ser criado no Brasil. Segundo o idealizador da iniciativa, Joaquim de Melo Neto, o Banco Palmas surgiu quando percebeu-se que a comunidade não era pobre por falta de recursos financeiros, mas sim porque a maior parte da renda dos moradores era remetida para o centro da cidade ou para outras localidades, o que impossibilitava o desenvolvimento econômico do próprio bairro. Neste sentido, com o objetivo de fortalecer o consumo endógeno, os BC's foram definidos como:

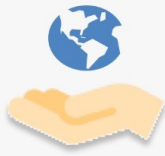
Serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores. (Melo Neto e Magalhães, 2009, p.01)

A experiência do pioneiro Banco Palmas abriu portas para o surgimento de novos BC's e para a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, composta atualmente por 148 unidades.

A criação de um Banco Comunitário deve partir da própria comunidade, considerando as vocações e necessidades do território. De maneira geral, eles atuam em territórios com alto grau de exclusão e desigualdade social e seus serviços voltam-se para o público com vulnerabilidade social e econômica. Os Bancos Comunitários possuem três características centrais: sistema integrado de desenvolvimento local, circulação da moeda social local no território e gestão feita pela própria comunidade (Silva Júnior, Gonçalves e Calou, 2007).

Para Rigo, França Filho e Leal (2015), os Bancos Comunitários se diferem sobremaneira das práticas de microcrédito convencionais principalmente por estarem dentro dos territórios e adotarem estruturas participativas, sendo uma forma alternativa de geração de crédito tanto para consumidores quanto para produtores de determinada região.

A integração do sistema se dá por meio das ações de concessão de crédito, que apoia à produção, comercialização de produtos e a capacitação dos moradores locais. Segundo Toscano (2004), no Brasil há diversos tipos de instituições financeiras com variadas modalidades de crédito, mas o problema é a quem esses serviços se destinam, uma vez que os bancos tradicionais exigem documentações muitas vezes inalcançáveis pela população em situação de vulnerabilidade, além de emprestarem àqueles que já possuem renda, atividade formal ou potencial de pagamento comprovado.



Além do fornecimento de crédito, o uso de uma moeda com circulação restrita fortalece o consumo endógeno, criando uma rede consumidores e produtores locais. Destaca-se que a moeda local possui lastro com o real, pode ser trocada sempre que necessário e atua como uma moeda complementar, mas

Ao contrário da moeda nacional, que tem relação de troca com moedas de outros países, a moeda local não tem validade alguma fora daquele espaço, o que significa que o seu uso tem que se dar ali, invariavelmente. Assim, em vez de realizar consumo e investimento em outros lugares, os detentores da moeda local a empregam na economia local, o que a favorece. (Crocco e Menezes, 2009, p.373).

Para Raposo e Faria (2015), a moeda social ressignifica tanto o econômico dos territórios quanto no social. Seu caráter local recupera a capacidade dos agentes de influenciar os fluxos da economia local, além de provocar nos seus usuários a sensação de pertencimento à comunidade e empoderamento social.

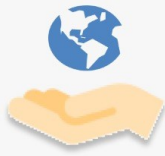
2.2 Inovação Social

A inovação está presente na história humana como uma manifestação de sua capacidade criativa e como o resultado dos esforços da humanidade para desenvolver respostas a suas necessidades e para melhorar sua qualidade de vida (CAJAIBA-SANTANA, 2013). De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o termo inovação pode ser usado em diferentes contextos para se referir a um processo ou a um resultado. Especificamente em relação à inovação social, a organização a define como “inovações definidas por seus objetivos (sociais) para melhorar o bem-estar de indivíduos ou comunidades” (OCDE, 2018, p. 252).

Warnock (2014) atribui o ganho de expressividade do termo às insuficiências das estruturas e políticas que não conseguem obter êxito na resolução dos problemas sociais, neste sentido, a inovação social surgiu como uma reação aos complexos desafios sociais, ambientais e demográficos. Na visão de Justen *et al.*, (2020) as inovações sociais se apresentam como alternativas capazes de mitigar as lacunas existentes no contexto da sociedade, dificuldades de acesso ao trabalho e renda, exclusão social, de gênero e cultural, dentre outras, resultantes da carência ou ausência de políticas capazes de mudar este cenário.

É importante ressaltar que muitas inovações tecnológicas possuem caráter social, ou, são desenvolvidas para gerar valor à sociedade. Neste sentido, Bignetti (2011) enfatiza que a diferença está na apropriação da inovação social por parte da comunidade onde ela se aplica.

Para Cajaiba-Santana (2014) nem todo processo de mudança social é necessariamente uma inovação social e o que distingue esse tipo de inovação é o fato de que elas estão



associadas a ações intencionais, planejadas, orientadas a objetivos e legitimadas por agentes sociais visando a mudança social que surgirá no estabelecimento de novas práticas sociais.

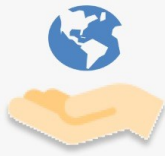
Em meio à amplitude de definições e dimensões do conceito, algumas organizações têm se dedicado ao estudo das inovações sociais. O *Centre de Recherche sur les Innovations sociales* (CRISES), instituição canadense vinculada a Universidade de Quebec em Montreal (UQAM) e reconhecida mundialmente pelos trabalhos no campo da Inovação Social (IS), define IS como um processo localizado, iniciado por diferentes atores que buscam, por um lado, modificar as interações entre si, e por outro, com o seu ambiente organizacional e institucional, com o objetivo de contrariar os efeitos das crises, procurando conciliar os diferentes níveis de interesse individual, interesse coletivo e interesse geral (CRISES, 2005).

Um trabalho realizado por Tardif e Harrisson, pesquisadores do CRISES, que analisou 49 artigos relacionados à inovação social propõe cinco dimensões das IS: Transformações, Novidade/Caráter Inovador, Inovação, Atores e Processos. Segundo os autores, a dimensão Transformações se relaciona ao contexto em torno das mudanças, destacando que os cenários são motivadores para o surgimento de inovações sociais. A dimensão Novidade/Caráter Inovador evidencia que as soluções exigem dos atores a implementação de novos arranjos institucionais e normas sociais. Na dimensão Inovação, destacam que a inovação social pode se manifestar através do uso da tecnologia, de mudanças organizacionais e de interferências institucionais, mas sempre acontecem em escala local. Na dimensão Atores destaca-se que o processo se baseia na cooperação, participação e no compartilhamento entre todos os atores envolvidos. Já a dimensão Processos trata dos modos de coordenação, dos meios e das restrições relacionadas ao processo de implementação da inovação social.

Segundo Souza e Filho (2014), as dimensões elaboradas por Tardif e Harrisson contemplam todo o processo de inovação social, mostrando desde seu início a partir de um contexto motivador, até a implementação e avaliação das ações implementadas.

2.3 Empreendedorismo Social

De acordo com Vasconcelos, Miki e Nobrega (2021), acredita-se que as primeiras ideias relacionadas ao Empreendedorismo Social (ES) originaram na década de 1950, entretanto, somente entre os anos de 1980 e 1990 o conceito começou a ser amplamente difundido. Cruz (2015) destaca que um dos principais impasses que rodeiam as definições de empreendedorismo social é a questão do papel desempenhado pelo lucro, ou seja, se é possível uma organização ter lucro e, ao mesmo tempo, praticar o empreendedorismo social.



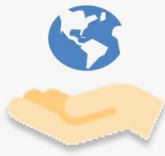
Porém um aspecto consensual na literatura acadêmica, segundo Parente *et al.* (2011), é que a principal característica distintiva do empreendedorismo social é a missão de criar e maximizar o valor social, por intermédio de atividades inovadoras. O empreendedorismo social é atraído por uma necessidade, por uma demanda social não atendida, ou seja, pela oportunidade de mudança social. Já o empreendedorismo comercial é atraído por mercados grandes ou crescentes que podem fornecer oportunidades lucrativas (Austin, *et al.*, 2006).

Para Amador, Cadena e Castro (2015), aqueles que praticam empreendedorismo social não são apenas os responsáveis pela gestão empresarial, pois não apenas induzem mudanças, mas também atuam para a transformação da sociedade, facilitando mudanças sociais e envolvendo atores locais, que podem participar da gestão, criação, produção e distribuição de bens e serviços. Oliveira (2004) complementa que a medida de desempenho do empreendedorismo privado é o lucro por ele gerado, enquanto o desempenho do ES se mede pelas mudanças sociais que ele produz.

Neste sentido, chama atenção para o fato de que o exercício do empreendedorismo social não se trata de uma negação de ações lucrativas (De Medeiros *et al.*, 2017). Para além das atividades inovadoras sem fins lucrativos, o empreendedorismo social pode incluir atividades que geram lucro, mas com objetivos sociais, como bancos de desenvolvimento comunitário e organizações híbridas que combinam elementos lucrativos e não lucrativos (Da Silva Lopes Jr *et al.*, 2020). Teixeira e Bezerra-de-Sousa (2019) destacam que o conceito de empreendedorismo social parte do pressuposto da combinação do valor social com o valor econômico.

Cruz (2015) pressupõe o ES como um processo multidimensional, que envolve a intersecção entre dimensões com características empreendedoras (face empreendedora) e sociais (face social). Segundo o autor, a face social considera o aspecto da motivação por uma missão social a face empreendedora leva em conta a geração de inovação, a busca por oportunidade e a disposição para assumir riscos, a transparência na gestão de recursos e a visão, sendo esse último ligado à missão da face social. Baron e Shane (2007), reforçam a importância do capital social no empreendedorismo social, sendo um recurso a ser valorizado para alavancagem do empreendimento ou um ativo que resulta das relações entre os indivíduos da organização ou outras estruturas sociais

Godói-de-Sousa, Gandolfi e Gandolfi (2011) destacam que o grau de empreendedorismo social de uma iniciativa diz sobre sua capacidade de proporcionar



inovação e o desenvolvimento local. Kuyumjian, Souza e Sant'anna (2014) complementam que o empreendedorismo social, utilizado como estratégia para se reduzir necessidades de contingentes muitas vezes desfavorecidos social e ambientalmente, impacta, em determinadas ocasiões, o desenvolvimento de uma localidade, seja ela de pequeno, médio ou grande porte.

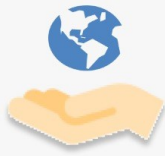
2.4 Economia Circular

De acordo com Sehnem e Pereira (2019), o campo interdisciplinar da Economia Circular (EC) tem crescido nos últimos anos com o interesse da indústria, academia e governos. Segundo as autoras, o termo economia circular aparece na literatura em diferentes áreas de conhecimento, mas foi empregado pela primeira vez por dois economistas ambientais alemães, Pearce e Turner no ano de 1990, quando eles propuseram um ciclo fechado de materiais na economia.

Um ciclo fechado pressupõe a ruptura do modelo econômico linear (extrair, transformar e descartar), atualmente aplicado pela grande maioria das organizações, para a implantação de um modelo no qual todos os tipos de materiais são elaborados para circular de forma eficiente e serem recolocados na produção, sem perda da qualidade (Azevedo, 2015). Este ciclo, visa possibilitar, então, um ideal aproveitamento e reaproveitamento sistemático de produtos desde a etapa de concepção até mesmo após a sua reutilização, ampliando seu ciclo de vida útil (Abdalla; Sampaio, 2018).

Segundo a *Ellen MacArthur Foundation* (EMF), criada em 2010 com a missão de acelerar a transição rumo a uma economia circular, esse novo modelo econômico busca, dissociar o desenvolvimento econômico global do consumo de recursos finitos. A economia circular responde a desafios relacionados a recursos para empresas e países e pode gerar crescimento, criar empregos e reduzir os impactos ambientais (Ellen MacArthur Foundation, 2017).

Kalmykova, Sadagopan e Rosado (2018), destacam que ao analisar as diversas abordagens de EC existentes, foram identificando que otimização de estoque, ecoeficiência e ecoefetividade, redução de resíduos e os 4Rs (Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recuperar) são apontados como principais estratégias para alcançar a EC. Para a EMF, a EC se baseia em três princípios básicos: Preservar e aprimorar o capital natural controlando estoques finitos e equilibrando os fluxos de recursos renováveis; Otimizar o rendimento de recursos fazendo circular produtos, componentes e materiais no mais alto nível de utilidade o tempo todo, e Estimular a efetividade do sistema revelando e excluindo as externalidades negativas desde o



princípio (Ellen MacArthur Foundation, 2017). Ainda segundo a EMF (2017), as oportunidades da economia circular abarcam economias, meio ambiente, empresas e cidadãos.

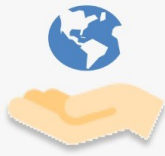
3. Metodologia

Para atender aos objetivos do presente estudo, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a realização de entrevistas semiestruturadas com 07 gestores de bancos comunitários. O roteiro foi composto por 40 questões, distribuídas em 05 grandes categorias: Caracterização do respondente e do banco comunitário de atuação, Inovação Social, Empreendedorismo Social, Economia Circular e Desafios. Segundo Gil (2008), a entrevista é uma técnica especialmente útil para investigar o comportamento e a subjetividade humana. Por meio dela, é possível investigar o que as pessoas fazem, sentem e percebem a respeito de um ou mais fenômenos.

A construção do roteiro foi adaptada a partir da revisão da literatura realizada, bem como das pesquisas de Cruz (2019) e Agostini, Silva e Langoski (2013). As entrevistas foram coletadas entre outubro e novembro de 2023 através da plataforma *google meet*. Em seguida, realizou-se a transcrição. No início de cada entrevista os participantes foram informados sobre a finalidade da pesquisa, sobre a gravação da entrevista para posterior análise dos dados e da garantia de seu anonimato na pesquisa.

A análise interpretativa do corpus se deu pelo uso da Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (2011, p.48), a técnica aumenta as chances de descoberta devido à característica de explorar os conteúdos, levando em considerações os seus significados e na função de “administração de prova” atua para confirmar os dados. A partir das entrevistas realizadas, algumas análises quantitativas e qualitativas foram realizadas a partir dos textos obtidos. Para subsidiar tais observações, os dados foram exportados para o software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), ancorado ao software *R Studio*. Na abordagem quantitativa foi possível traçar frequência das características (palavras) que se repetem no conteúdo do texto e na abordagem qualitativa, considerou-se as características de determinados fragmentos do corpus textual e suas relações com a temática abordada na pesquisa.

Com o auxílio do software *Iramuteq*, utilizou-se as técnicas de classificação hierárquica descendente (CHD), análise de similitude e nuvem de palavras. Segundo Camargo e Justo (2013), através da CHD é possível obter classes de unidades de contexto elementares



que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das unidades das outras classes. Já a análise de similitude possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexão entre esses termos. Por fim, a nuvem de palavras as agrupa e as organiza graficamente em função da sua frequência.

4. Resultados e discussões

4.1 Caracterização dos respondentes e dos locais de atuação

Para caracterização da população entrevistada, verificou-se que a idade dos entrevistados estava entre 29 e 51 anos. Dos 07 entrevistados, 03 são do sexo masculino e 04 do sexo feminino.

Em relação ao nível de escolaridade, 02 respondentes possuem ensino médio completo, 03 possuem curso superior completo e 02 possuem pós-graduação.

Quanto à localização dos bancos comunitários dos quais os gestores entrevistados fazem parte, 03 estão na região nordeste, 03 na região sudeste e 01 na região sul. Tais bancos foram criados entre os anos de 2009 e 2021.

Ademais, todos os gestores entrevistados afirmaram estarem envolvidos com os bancos desde o processo da sua criação.

4.2 Análise interpretativa das classes/categorias

A partir da análise do corpus textual originado das entrevistas realizadas com os gestores de bancos comunitários, observou-se a presença de 07 textos com 4.628 ocorrências de palavras,

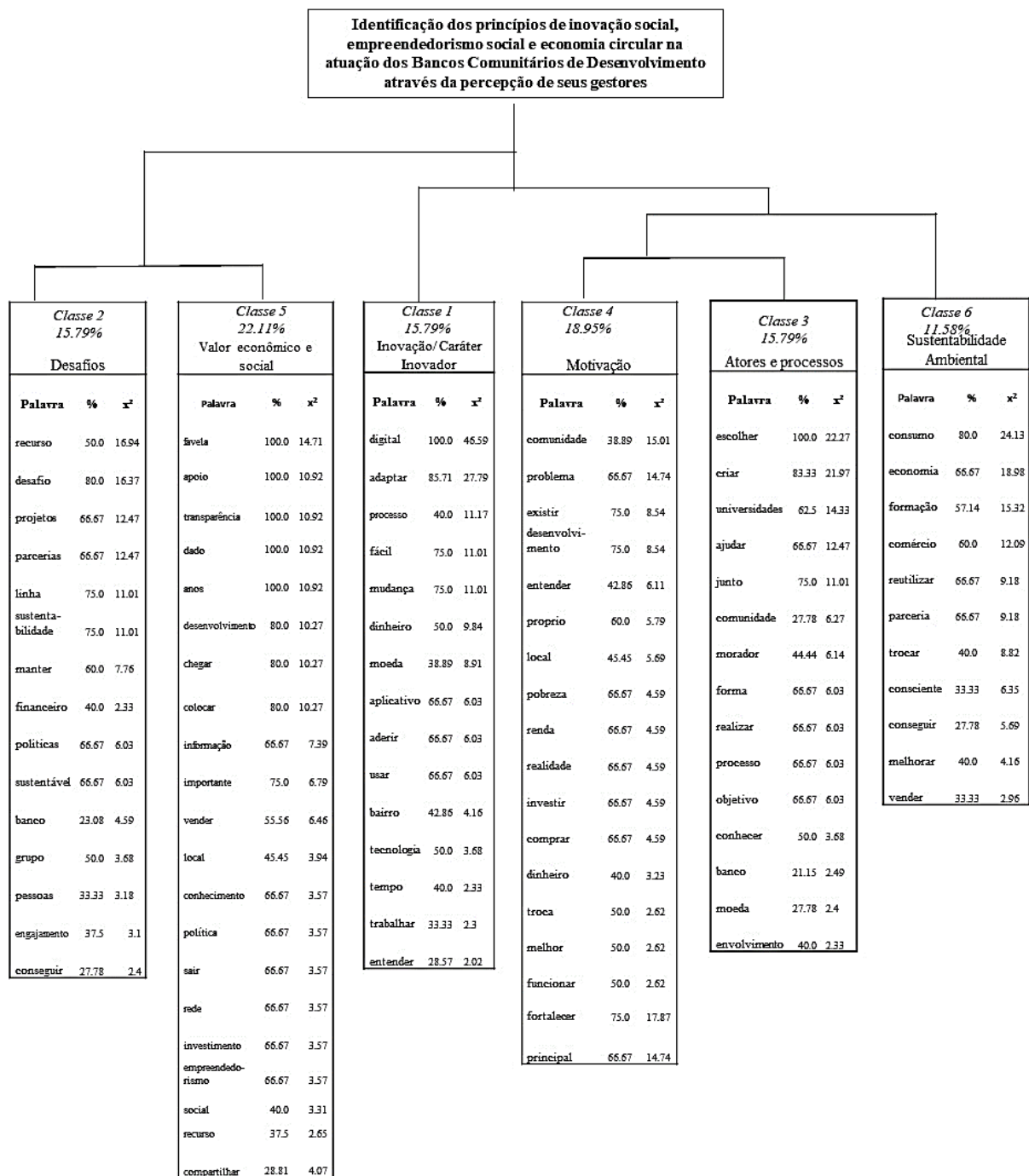
O corpus foi subdividido em 125 unidades de contexto primárias e, destas, 95 foram correspondentes às classificações hierárquicas descendentes, apontando o grau de afinidade nos vocabulários das seis classes produzidas. Os termos correspondentes às classificações hierárquicas representam 76% do número total de palavras consideradas como unidades de contexto primárias. Segundo Salvador *et al.* (2018) para que as análises sejam úteis à classificação de qualquer material textual, é necessária uma retenção mínima de 75% dos segmentos de texto, sendo que certos autores reconhecem a possibilidade de se considerar o aproveitamento de 70%.

A análise das narrativas textuais por meio da técnica de classificação hierárquica descendente resultou na classificação dos termos em 06 classes: a) Valor econômico e social;



b) Motivação; c) Inovação /Caráter Inovador; d) Atores e processos; e) Desafios e f) Sustentabilidade Ambiental. A figura 1 retrata o dendrograma de classes/categorias criadas pelas partições do conteúdo textual.

Figura 1 –Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente com as partições e conteúdo corpus



Fonte: Dados da pesquisa



Valor econômico e social~~Erro! Vínculo não válido.~~ A categoria “Valor econômico social” apresentou-se como a de maior representatividade do conteúdo analisado. Dos 95 termos correspondentes, 21 se encontram nessa classe, dos quais se destacam as seguintes expressões: desenvolvimento, favela, conhecimento, transparência, apoio, política, compartilhar, vender, informação e social.

Para Cruz (2013) o empreendedorismo social é construído multidimensional, com uma face empreendedora e social. A face social considera o aspecto da motivação por uma missão social e a face empreendedora traz a busca por oportunidades e geração de inovação, a disposição para assumir riscos e a credibilidade e transparência na gestão de recursos. Alguns desses aspectos são identificados nos seguintes trechos das entrevistas realizadas:

“Porque muitas pessoas já faziam trabalho social dentro do morro, mas de forma dispersa, atomizada. Éramos lideranças comunitárias, cada um fazendo seu trabalho e então nós resolvemos nos unir para melhorar as condições de vida do território como um todo.” (Suj.05)

“Na página da rede é feita nossa prestação de contas. Tudo que entra tudo que sai está lá, a carteira de clientes, tudo está disponível para as pessoas acompanharem, né? É muito importante os moradores saberem o que que a gente está fazendo. Até em respeito pela confiança que eles têm no banco.” (Suj.02)

“Eu acho que quando a gente chega e se junta, afeta a lógica de desenvolvimento local. A gente atua de forma organizada e não é só concessão de crédito. Hoje a gente vai lá e defende a creche, defende mais saúde para a favela, defende tudo de forma organizada, pensada. Passa a ser a opinião de uma coletividade, entendeu?” (Suj.06)

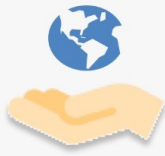
Quanto ao compartilhamento e troca de conhecimentos e informações, Patias et al. (2017) enfatiza que durante o processo de disseminação de uma inovação social deve-se acontecer a sua apropriação ampla. Ao final de um processo, os atores ganharão novos valores, novos conhecimentos e novas habilidades que eles compartilharam.

“Há uma troca muito boa de informações e conhecimentos. Hoje temos muitos filhos dos moradores que ajudaram a criar banco envolvidos nas ações. As pessoas se comunicam bem, conversam bem e tem uma troca muito boa. Os mais jovens estão se apropriando e vai passando, né? É bom porque o projeto não morre. Não fica centralizado nas mesmas pessoas.” (Suj.02)

“Hoje as pessoas conseguem se integrar e compartilhar conhecimento porque até a fundação do banco foram feitas várias formações. A comunidade foi bem capacitada para que eles pudessem entender sobre o banco e para que não houvesse apenas um experimento, mas sim que a iniciativa desse certo, que viesse realmente algo concreto.” (Suj.01)

Motivação

A segunda classe com maior expressão entre as respostas coletadas foi “Motivação”. As palavras elencadas nessa categoria demonstram que a os bancos comunitários não é



motivada pelo desejo em obter lucros e nem somente se direciona ao aspecto econômico. Entre os 18 termos da classe, se destacam: problema, pobreza, comunidade, entender, renda, troca, comprar, realidade, desenvolvimento, fortalecer.

Segundo Oliveira (2019), o empreendedorismo social é motivado pela necessidade de enfrentar lacunas estruturantes na sociedade, como a desigualdade, fome e desemprego. Para o autor, o foco principal deixa de ser os retornos econômicos e passa a ser a promoção de melhorias e transformações positivas em termos de impacto social.

Já no modelo proposto por Tardif e Harrisson (2005) para análise das dimensões de inovação social, os autores enfatizam que, em geral, o surgimento de uma inovação social é marcado por um ambiente de crises e exige modificações estruturais. Tais aspectos são reforçados pelas falas destacadas abaixo:

“A iniciativa de criar o banco foi dos integrantes do movimento de moradias. A gente quando veio morar aqui não tinha asfalto, não tinha escola perto, não tinha comércios. Então foi pensada uma forma da gente se fixar no bairro e ajudar no desenvolvimento das pessoas e do bairro. O banco veio com esse objetivo e a gente aprendeu a conviver em comunidade, aprendeu a fazer trocas.” (Suj. 02).

“A gente fez uma pesquisa para entender o que que estava acontecendo com o bairro, o porquê de tanta pobreza. Aí a gente descobriu que somando a renda das pessoas que moravam no bairro, dava quase um milhão de reais. Nós entendemos que por não ter um banco aqui próximo, as pessoas estavam indo receber no centro e já gastavam por lá mesmo, daí veio a ideia do banco. (...) Qualquer pessoa que conheça a comunidade, vê que existe um antes e depois. Existia um bairro sujo, poucos comércios, as pessoas não eram unidas. O que antes era conhecido pela sujeira, pela pobreza, pela criminalidade, hoje em dia é um lugar turístico, que tem uma moeda social, que tem um produto social, que tem um turismo de experiência.” (Suj.04)

Desta forma, reforça-se o argumento do potencial que os bancos comunitários possuem de beneficiar as relações sociais, bem como as relações de produção e consumo de territórios marginalizados e marcados pela pobreza. A exclusão social e privação das necessidades humanas são comumente combatidas através das dinâmicas de inovação social. Essas dinâmicas surgem, muitas vezes, em forma de movimentos sociais, numa cultura de mudança em busca de uma nova identidade, cultura e condições de vida. (Gonzalez *et al.*, 2010).

Inovação/Caráter Inovador

A categoria Inovação/Caráter Inovador está representada por 15 palavras, das quais podemos destacar: digital, adaptar, mudanças, desafios, tecnologia, aderir, entender e processo.



A partir das entrevistas realizadas, foi possível identificar que os bancos comunitários realizam constantes adaptações e aperfeiçoamentos na realização de suas atividades. Ainda, acompanhando as transformações no campo das inovações tecnológicas alguns bancos passaram a adotar o uso da moeda social digital, gerida por um sistema eletrônico próprio, o “E-dinheiro”.

“Do início do banco para cá, houve mudanças. A gente começou, por exemplo, com a moeda social em papel, e era uma coisa que você toca, você pega. Aí veio a proposta da moeda digital pelo aplicativo e-dinheiro. A gente não queria aceitar porque é mais fácil lidar com papel. Até mesmo a gente que trabalha no banco tinha essa resistência, sabe? Nós resistimos até começar a pandemia. Com o isolamento social, começamos a entender e nos adaptar com o aplicativo. Foi difícil no começo, mas depois facilitou muito. Hoje até as senhorinhas que tinham mais dificuldade com a internet já aprenderam a usar e viram que é muito melhor.” (Suj.06)

Segundo Mulgan (2006) o processo de refinar e testar as ideias é um ponto característico da inovação social. É a partir deste processo que soluções de sucesso são implementadas. Dos 07 entrevistados, 06 relataram a existência de tentativas anteriores até que o banco comunitário começasse a atuar de fato no seu formato atual.

“A primeira tentativa de estruturar o banco não deu certo. A gente começou logo querendo implementar o crédito em grupo, como a gente via em outros bancos. Pensamos, vamos trazer. Mas aqui não funcionou. Também tiveram algumas linhas de crédito que não deram certo aqui, porque a comunidade demandava outras coisas. Aí adaptamos os processos para criar nossa própria metodologia.” (Suj.07)

Bornstein (2006) afirma que o empreendedorismo social é marcado pela disposição de corrigir o caminho que está sendo desenvolvido e de cruzar fronteiras, criando compostos sociais e agrupando ideias, experiências e recursos que atendam às necessidades as quais se propõem de forma personalizada. O trecho abaixo, retirado de uma das entrevistas realizadas, corrobora para o argumento de que algo inovador não precisa estar atrelado à tecnologia. A inovação pode assumir diversos tipos, mas sempre comprometida com a transformação (Tardif e Harrison, 2005).

“A nossa comunidade não conhece bem nem números nem letras, a maioria das pessoas não é alfabetizada. Então, como é que a gente vai colocar uma moeda digital no território? Por isso não aderimos à moeda digital, ia ficar restritivo. Para nós, a melhor opção na criação da moeda foi colorir e desenhar. A gente juntou um grupo de mulheres e elas sugeriram os desenhos que faziam sentido para as moedas de papel, o que era característica do bairro. Por exemplo, o pescador está desenhado na frente da cédula de 1, porque é o começo, tudo começa quando ele sai para buscar o sururu, que é o que traz o sustento para a maioria das famílias da comunidade.” (Suj.03)



Atores e processos

A classe atores e processos contém 15 dos 95 termos elencados, que evidenciaram os aspectos de coletividade e participação presentes no contexto dos bancos comunitários. Entre as palavras apresentadas, destacam-se: escolher, universidades, ajudar, junto, comunidade, conhecer, envolvimento.

Uma inovação social pode surgir em diferentes níveis e setores, com participação de atores sociais (movimentos comunitários, cooperativas, associações e sindicatos), organizacionais (empresas privadas, organizações coletivas e organizações da Economia Social), institucionais (Estado) e intermediários (comitês, redes sociais de alianças e de inovações) (Cruz e Cabra, 2020, p.06).

João Joaquim de Melo Neto, criador da metodologia dos bancos comunitários, diz que as atividades dos bancos não se resumem na relação entre produtores e consumidores, mas sim à uma rede de “*prossumatores*” (nome dado pela rede para descrever a relação produtores + consumidores + atores). Os trechos abaixo, demonstram a integração de diversos atores locais na constituição e atuação dos bancos.

“O surgimento do banco contou com o apoio de incubadoras, cooperativas, universidades e instituições religiosas. E claro, teve o envolvimento de toda população do território.” (Suj.04)

“O banco foi constituído por um grupo grande de mulheres. Era um grupo de pessoas que participava de um projeto, uma política pública chamada: “mulheres da paz e jovens pela paz”. No início também tivemos o apoio de alguns líderes religiosos.” (Suj.05)

“Hoje na estrutura do banco nós temos cinco agentes de crédito, o gerente, o coordenador-geral do banco, temos o financeiro, o coordenador social, temos os agentes fiscais e uma agente de desenvolvimento local. Mas esses são só títulos que são colocados, todos exercem as funções de forma voluntária. E nos projetos e ações temos o envolvimento dos comerciantes, associações, moradores. Todo mundo está envolvido.” (Suj.02)

O modelo proposto por Tardif e Harrisson (2005) reforça que o processo de inovação social depende da relação entre diferentes atores, que poderão ter papéis divergentes e é composto por uma série de etapas condutoras.

Desafios

Considerando as peculiaridades e realidades diferentes dos territórios onde são implementados os bancos comunitários, bem como seus surgimentos motivados por situações de crises e instabilidades, algumas perguntas das entrevistas se direcionaram a entender os principais desafios enfrentados por essas instituições.



A classe “desafios”, originada da análise, tem entre os principais termos as palavras: recurso, desafio, projetos, parcerias, sustentabilidade, financeiro, políticas, pessoas e engajamento.

“Hoje os bancos em geral não têm tanto recurso. Eu acho que precisa do investimento do poder público, mas como é quase nulo, a gente acaba se sustentando por editais. Eu acho que para que os bancos comunitários possam se manter assim independentes, tem que ter a criação de políticas públicas, precisamos de um incentivo melhor financeiro. Porque onde os bancos comunitários chegam é onde os bancos convencionais não querem nem pretendem chegar. E as pessoas desses lugares, elas também necessitam de serem atendidas.” (Suj.01)

“A maior dificuldade que o banco tem é remunerar quem trabalha no banco. Todo mundo banco é voluntario. E a gente tem uma segunda profissão, né? Tem que conciliar a dedicação. O que que a gente está fazendo agora é escrevendo projetos, tentando editais.” (Suj.02)

“Eu entendo a sustentabilidade do banco a partir das pessoas. O banco é sustentável porque que tem um grupo organizado, unido e esse é o nosso maior recurso. A sustentabilidade tem que ser alisada por várias variáveis, também é econômica. Mas hoje a gente tem uma capacidade de escrita de projetos, de execução, planejamento, e articulação comunitária, então no momento gente é sustentável. O desafio maior é sempre manter esse engajamento comunitário.” (Suj.05)

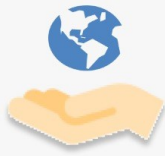
As respostas demonstram a falta de visibilidade e apoio recebida pelos bancos comunitários, mesmo com o crescimento e o importante papel desenvolvido por tais iniciativas nos últimos anos. Os principais pontos mencionados se relacionaram ao cenário político e econômico que reduziu os recursos disponíveis para ações de economia solidária, principalmente no período entre 2016 e 2022. E o segundo ponto está relacionado à manutenção do engajamento dos moradores nas atividades do banco.

Para Oliveira (2004), um dos desafios do empreendedorismo social é o empoderamento dos sujeitos do processo, ou seja, fazer com que as pessoas se envolvam e tenham uma postura ativa. Além disso, o ator considera também um desafio conciliar a autogestão aos múltiplos objetivos dos diversos atores envolvidos.

No âmbito da inovação social, Oliveira, Correia e Gomes (2018, p.402) afirmam que a obtenção de financiamento é particularmente uma questão crítica. Isto porque as novidades surgem, dentro de um contexto micro (local), dificultando o entendimento de ser uma solução autossustentável e replicável, não atraindo o interesse necessário de órgãos financiadores.

Sustentabilidade Ambiental

A categoria “Sustentabilidade Ambiental” foi a de menor representatividade do conteúdo, contendo 11 dos 95 termos correspondentes. Nesta classe, destacam-se as seguintes palavras: consumo, economia, comércio, reutilizar, formação, consciente e trocar.



Segundo Rigo, Junior e Passos (2015) e a sustentabilidade em iniciativas de economia solidária não se define apenas como uma viabilidade econômica e financeira. Ela deve ser interpretada em uma sustentabilidade plural que vai além da dimensão econômica mercantil, mas compreende uma multiplicidade de lógicas econômicas e que também envolve dimensões social, político, cultural e ambiental em torno de um espaço territorial.

Apesar dos aspectos sociais e econômicos ficarem mais evidentes nas atividades dos bancos comunitários, o roteiro de entrevista continha algumas perguntas com o objetivo de entender como tais instituições tem atuado em prol das questões ambientais, principalmente no que diz respeito às práticas de economia circular. Dos 07 entrevistados, todos sinalizaram positivamente sobre a possibilidade de os bancos contribuírem com a sustentabilidade ambiental. Além disso, 06 relataram o envolvimento dos bancos em ações relacionadas à conscientização ambiental, consumo consciente, reciclagem e reutilização.

“Durante um período nós fizemos uma cooperativa aqui de reciclagem, mas nós tivemos que fechar. Devido à falta de licenciamento para a atividade e outras séries de problemas. Não é fácil, mas a agente sabe da importância e sabe da demanda, mas ainda que haja interesse do território, é uma demanda difícil de articular sem apoio do poder público.” (Suj. 05)

“No nosso caso, a linha de crédito que deu origem ao banco teve o aspecto ambiental envolvido e foi liderada por 21 marisqueiras. A gente tinha um problema de saúde pública devido ao lixo, à sujeira, por causa do descarte inadequado das cascas do sururu. O serviço de limpeza urbana nem dava conta da quantidade de cascas, isso juntava insetos e trazia doenças. Então começou um projeto de economia circular com a moeda social, onde as marisqueiras pegavam as cascas, faziam a limpeza, entregavam no entreposto e o entreposto usava as cascas para a produção de cobogó. E quando elas entregavam a casca, recebiam um valor em moeda local para gastar com o que quiser nos estabelecimentos cadastrados. Aí a gente resolveu o problema da renda, né? Por que essas mulheres eram chefes de família e não ganhavam nem 300 reais por mês. E resolvemos em parte também a questão do lixo.” (Suj. 03)

“Aqui no banco nós temos uma rede, a gente faz cursos envolvendo a energia solar. Aqui no nosso empreendimento, a gente conseguiu 32 placas e implantou a nossa própria usina de energia que gera energia para as áreas comuns. E acabou se tornando uma economia muito grande para os moradores. E com isso a gente pode para o meio ambiente, né? É uma energia limpa energia, boa para comunidade que a gente mesmo produz.” (Suj.02)

“A gente trabalha muito essa questão de reaproveitamento em matéria-prima, porque tem custo muito baixo e geração de renda rápida. O curso de crochê com fio de malha, por exemplo, a gente trabalha sustentabilidade nele. O fio era um fio com malha residual. As meninas não ficaram satisfeitas de comprar um fio residual, então o que elas fizeram? Entraram em contato com malharias. Então o que sobrar nas malharias a gente vai, pega, reaproveita e não compra mais o fio.” (Suj.03)



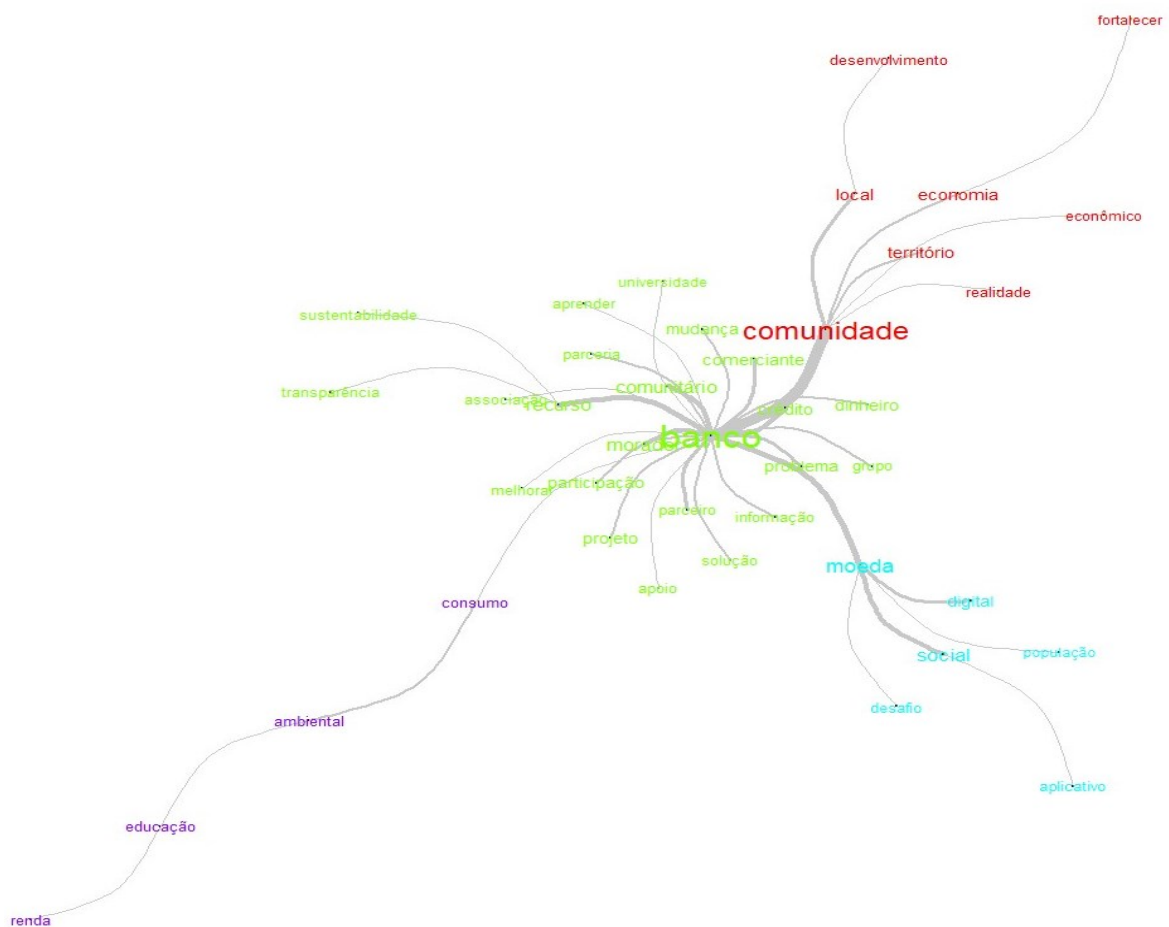
Nazaré, Ferreira e Nascimento (2020) destacam que a concessão de crédito pelos bancos comunitários desenvolve as redes produtivas e a educação transformadora com foco no empreendedorismo e na consciência financeira, resultando na necessidade de produção e consumo sustentáveis em prol do território e suas conexões.

4.3 Análise de similitude

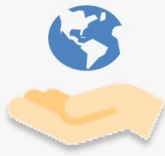
A análise de similitude se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras. Seu resultado traz indicações da conectividade entre os termos, auxiliando na identificação da estrutura de um corpus textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas identificadas na análise (Marchand e Ratinaud, 2012).

A partir da representação gráfica da figura 17, verifica-se que se formou um leque semântico com quatro grandes agrupamentos de relativa importância. Entre os termos, destacam-se: comunidade, moeda, território, sustentabilidade, consumo.

Figura 1- Análise de Similitude entre as palavras



Fonte: Dados da pesquisa



A análise genérica da árvore de similitudes, permite inferir, por meio das conexões formadas que “a circulação da moeda local fortalece a economia local. Proporciona o desenvolvimento econômico e social para o território” (Suj.03) e que, assim como as iniciativas de inovação social, os bancos surgem com o intuito de “mudar a realidade do território e trazer desenvolvimento” (Suj.07).

A maior aglutinação de palavras, representada pela cor verde, demonstra aspectos importantes na atuação do banco, como: transparência, participação, mudanças e envolvimento de diversos atores. “Empreender é trocar saberes com os parceiros, ajudar os outros também a empreender. E não adianta eu empreender sozinho, tem que ser um fortalecendo o outro” (Suj.02). Além disso, a criação e gestão do banco junto à comunidade gera “um poder de pertencimento, ela tem esse senso de que o banco é dela. A comunidade que criou a moeda, a comunidade escolheu a cor, o desenho, as linhas de crédito, tudo” (Suj.04).

As relações entre as palavras reforçam os desafios dos bancos em lidar com constantes mudanças, adaptações e adequações em suas metodologias, de forma a atender as particularidades de cada território e de incorporar o novo. “No início foi difícil mobilizar a população, mas a moeda social teve um bom índice de aceitação” (Suj.04). “Logo no início foi um desafio manter o interesse das pessoas, fazê-las compreenderem. Não foi do dia para a noite, mas é um processo mesmo, não é?” (Suj.02). “A gente aderiu a moeda digital e dinheiro, mas a gente teve alguns problemas a princípio” (Suj.01).

Os resultados demonstram também que, apesar de parecerem incipientes, as práticas de economia circular e conscientização das questões ambientais fazem parte das ações e prioridades dos bancos comunitários. “Eu acho que praticamos economia circular aqui. Para mim, a economia circular é a troca que a gente faz por melhores opções de produtos, de serviços, de trabalhos” (Suj.06). “A economia circular está ligada ao reuso das embalagens, uma série de coisas. Eu acho que poderia ser feito uma política pública em conjunto com os governos para trabalhar o tema da economia circular nas favelas, em especial” (Suj.05).

Os termos elencados oriundos das percepções dos gestores, aproximam os bancos comunitários do conceito de desenvolvimento sustentável e do tripé: economia, sociedade e meio ambiente, fazendo com que as pessoas sejam parte de todo processo de desenvolvimento. Pensar o desenvolvimento, nesse caso, é priorizar a distribuição de renda, saúde, eficiência produtiva, educação, meio ambiente, lazer, felicidade, emancipação, uma

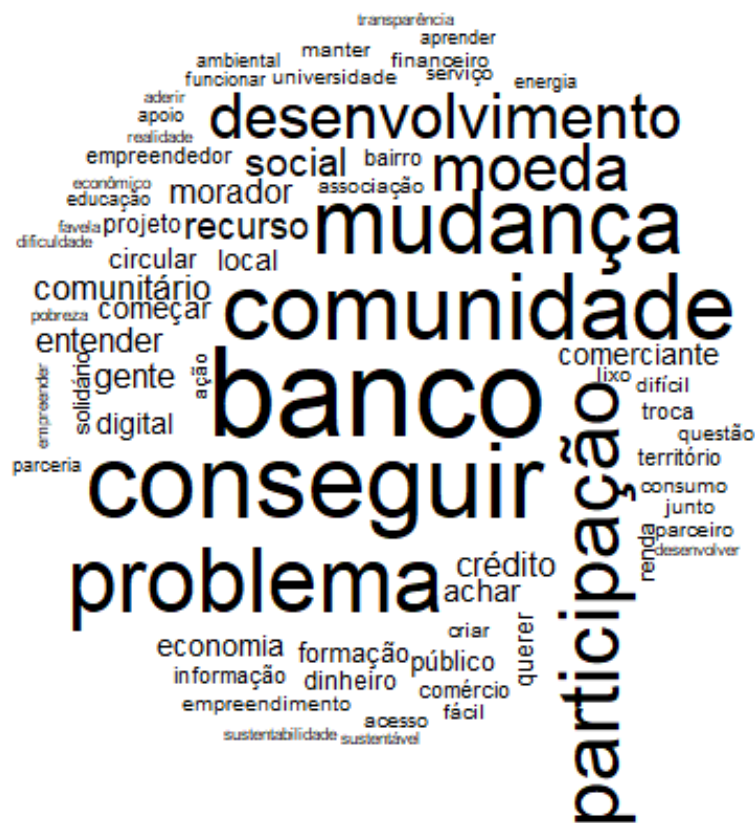


mudança qualitativa no modo de vida das pessoas que não dependem exclusivamente dos mecanismos do mercado. (Raposo et al., 2014, p.107)

4.4 Nuvem de Palavras

Conforme visualizado na Figura 18, verificou-se que as palavras que se destacaram por sua maior frequência no corpo textual das entrevistas foram: banco, moeda, desenvolvimento, comunidade, participação, mudança, conseguir, problema, social, morador, recurso, entender e comunitário. Tais termos foram mencionados com frequência superior a 30 vezes nas entrevistas.

Figura 2 - Nuvem de Palavras



Fonte: Dados da pesquisa

Os achados reforçam a percepção dos gestores a respeito da necessidade de participação, conhecimento e entendimento da comunidade em relação às atividades dos bancos. Tal fato também é percebido nas seguintes falas:

“Acho que o principal é conseguir fazer com que os moradores entendam que investir na comunidade, comprar na comunidade é uma das melhores soluções que tem para resolver os problemas do território.” (Suj.01)



“Eu acho que quando você vê que os moradores da comunidade estão aderindo mais aos serviços e produtos dentro da própria comunidade, para mim já é um bom indicativo de que o banco está cumprindo com seu propósito” (Suj.02).

A presença constante de termos como mudanças, problema e desenvolvimento enfatizam a ideia de que os bancos comunitários surgem da necessidade de alteração de um contexto marcado por instabilidades e crises. Além disso, demonstra também o potencial que eles possuem de continuar gerando mudanças positivas e de impacto ao longo de sua atuação. Tal fato pode ser observado nas falas abaixo:

“Tudo está relacionado com a necessidade dos moradores. Eles trazem o problema para o banco. E aí a gente vai ouvindo a comunidade, eles vão trazendo problemas e a gente vai resolvendo. Então eles já entenderam isso, se trouxerem um problema para o banco, a gente vai tentar resolver e mudar a situação.” (Suj.07)

“Inovação Social para mim é você identificar um problema e buscar soluções práticas que não sejam fora da sua realidade e que vão trazer alguma mudança.” (Suj.04)

“Houve mudanças com o surgimento do banco. As pessoas montaram pequenos negócios, montaram pontos fixos. Isso foi trazendo desenvolvimento para o morro.” (Suj.05)

A necessidade de mudança é abordada no modelo de processo de inovação social construído por Neumeier (2012). Segundo o autor, esse processo é composto por três fases: 1) problematização, quando um grupo de atores decide mudar comportamentos e atitudes visando resolver um problema coletivo. 2) expressão de interesses, quando outros atores reconhecem as mudanças de comportamento e atitudes dos primeiros e ficam interessados e 3) delimitação e coordenação, quando já há uma coordenação para construir a capacidade dos atores e resolver o problema.

5. Considerações finais

Ao analisar a percepção dos gestores de Bancos Comunitários a respeito da presença de princípios de Inovação Social, Empreendedorismo Social e Economia Circular em suas atuações, foi possível identificar vários aspectos convergentes.

No âmbito da inovação social, a atuação do BC's apresenta características e princípios identificados pelos seus gestores como: o cenário de crise e instabilidade como motivador para o seu surgimento; a presença constante de adaptações (cada banco relatou adaptar a metodologia geral para atendimento às particularidades do território); a implementação de novos arranjos institucionais e normas sociais (através da formação de comitês, incorporação



dos princípios de autogestão, solidariedade, entre outros); uso da tecnologia (identificada através da utilização da moeda digital) e a participação e envolvimento de diversos atores (universidades, incubadoras, associações, moradores, comerciantes).

Além disso, a missão guiada pela junção do desenvolvimento social ao econômico foi o principal aspecto a aproximar os Bancos do Empreendedorismo Social. Todos os gestores alegaram que o cumprimento do objetivo do banco está diretamente relacionado à geração de benefícios aos moradores das comunidades, como: empoderamento, autonomia, qualificação, geração de emprego e renda. Ainda, demonstraram preocupação em dar transparência aos dados relacionados aos bancos, bem como em realizar ações para promover o compartilhamento e troca de conhecimentos.

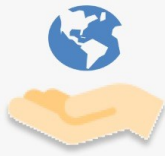
No campo da Economia Circular, foi possível identificar que além de concessão de crédito, prestação de serviços financeiros e fortalecimento das relações comunitárias, os gestores apontaram que os bancos possuem potencial para contribuir para a sustentabilidade ambiental. Foi relatado o envolvimento dos bancos em formações de conscientização ambiental, incentivo ao consumo consciente, preservação das matas e limpeza dos rios, geração de energia renovável, reciclagem e reutilização.

Os achados permitem concluir que as novas formas de economia aqui abordadas possuem uma considerável relação e complementariedade. No caso dos Bancos Comunitários, ainda que enquadrados formalmente como organizações de economia solidária, as unidades analisadas apresentam todos os requisitos propostos no modelo de inovação social de Tardif e Harrison, se enquadrando também como uma IS. Ainda, incorporam alguns princípios do empreendedorismo social e realizam ações de economia circular.

Neste sentido, os resultados reforçam o potencial dos bancos na contribuição para o desenvolvimento sustentável. Segundo Scharf (2004), o desenvolvimento sustentável está apoiado no tripé formado pelas dimensões ambientais, econômicas e sociais. Camargo (2003, p.03) complementa que o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Referências bibliográficas

ABDALLA, Fernando Antônio; SAMPAIO, Antônio Carlos Freire. Os novos princípios e conceitos inovadores da Economia Circular. **Entorno Geográfico**, n. 15, p. 82-102, 2018.



AMADOR, Elba Mariana Pedraza; CADENA, Maribel González; CASTRO, Judith Alejandra Velázquez. Incubadoras sociales en las universidades como promotoras de innovación y emprendimiento social para el desarrollo de las regiones: el caso del Estado de Hidalgo, México. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 4, n. 1, p. 128-148, 2015

ASHOKA BRASIL, Empreendedorismo social <http://brasil.ashoka.org/conceito-0>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

AUSTIN, James; STEVENSON, Howard; WEI-SKILLERN, Jane. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both?. **Entrepreneurship theory and practice**, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2006.

AZEVEDO, Juliana Laboissière. A Economia Circular Aplicada no Brasil: uma análise a partir dos instrumentos legais existentes para a logística reversa. In: **XI Congresso Nacional de Excelência em gestão**. 2015.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011

BARON, Robert A.; SHANE, Scott. Entrepreneurship: A process perspective. **The psychology of entrepreneurship**, p. 19-39, 2007.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

BOUCHARD, Marie J. Social innovation, an analytical grid for understanding the social economy: the example of the Quebec housing sector. **Service Business**, v. 6, n. 1, p. 47-59, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Economia solidária tem mais de 20 mil empreendimentos cadastrados no Brasil*, 2018.

CAJAIBA-SANTANA, Giovany. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 82, p. 42-51, 2014.

CRUZ, Sónia Alexandra Barros. *O empreendedorismo social em Portugal: orientações legislativas, incentivos fiscais e medidas de apoio no contexto europeu*. 2015.

DA SILVA LOPES JR, Derson et al. Fatores socioeconômicos como motivadores para o empreendedorismo social. **Ciências da Administração**, v. 22, n. 56, p. 75-90, 2020.

DAMARIO, Edison Quirino; COMINI, Graziella Maria. Inovação social nos empreendimentos sociais brasileiros: uma proposta de escala para sua classificação. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, p. 104-122, 2020.

DE MEDEIROS, Carolina Beltrão et al. Inovação social e empreendedorismo social: Uma análise sob a perspectiva da economia solidária. **Gestão. Org**, v. 15, n. 1, p. 61-72, 2017.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Delivering the circular economy: A toolkit for policymakers**. Ellen MacArthur Foundation, 2015.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, p. 211-228, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Fabiana Pereira et al. Economia solidária e desenvolvimento local e sustentável. **Projecto Casa Brasil: MTE, SENAES**, 2007.



- JÚNIOR, JT SILVA; RIGO, A.; PASSOS, O. A. V. D. Gestão social nas finanças solidárias: reflexões sobre a avaliação da utilidade social dos bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. **Revista Nau Social**, v. 6, p. 151-164, 2015.
- JUSTEN, Gelciomar Simão et al. Inovação social e desenvolvimento local: uma análise de metasíntese. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 14, n. 1, p. 56-73, 2020.
- KALMYKOVA, Yuliya; SADAGOPAN, Madumita; ROSADO, Leonardo. Circular economy–From review of theories and practices to development of implementation tools. **Resources, conservation and recycling**, v. 135, p. 190-201, 2018.
- KUYUMJIAN, Rodrigo; SOUZA, Eloisio Moulin de; SANT'ANNA, Sérgio Robert de. Uma análise a respeito do desenvolvimento local: o empreendedorismo social no Morro do Jaburu-Vitória (ES), Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 1503-1524, 2014.
- LEITÃO, Alexandra. Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o séc. XXI. **Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting**, v. 1, n. 2, p. 150-171, 2015.
- MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos Comunitários**. IPEA - Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 41, 2009
- MELO, Nildo Aparecido. DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA REGIONAL. **Sociedade e Território**, v. 34, n. 1, p. 199-216, 2022.
- MENEZES, Melissa Silva; CROCCO, Marco Aurélio. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Economia e Sociedade**, v. 18, p. 371-398, 2009.
- OECD/Eurostat (2018), Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation, 4th Edition, The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities, OECD Publishing, Paris/Eurostat, Luxembourg.
- OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios–notas introdutórias. **Revista da FAE**, v. 7, n. 2, 2004.
- PARENTE, Cristina et al. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. 2011.
- PRIM, Marcia Aparecida et al. INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL: O PODER TRANSFORMADOR. In: **Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação–ciki**. 2018.
- RAPOSO, Jaciara Gomes; DE FARIA, Maurício Sardá. Banco comunitário e moeda social: Organização comunitária e desenvolvimento local. **Revista Organizações em Contexto**, v. 11, n. 22, p. 551-569, 2015.
- RIGO, Ariadne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LEAL, Leonardo Prates. Os bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. 2015.
- SEHNEM, Simone; PEREIRA, Susana Carla Farias. Rumo à economia circular: sinergia existente entre as definições conceituais correlatas e apropriação para a literatura brasileira. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 18, n. 1, p. 35-62, 2019.
- SIES, Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, 2013.



SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; GONÇALVES, Sarah Maria da Silva; CALOU, A. L. Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico de territórios: investigando as singularidades destas experiências de finanças solidárias. **A. Cancado, J. Pereira, J. Silva Junior, Economia solidaria, cooperativismo popular e autogestão**, p. 198-225, 2007.

SINGER, P. Economia Solidária: possibilidades e desafios. Apresentação no Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro , 2001.

SINGER, Paul Israel; DE SOUZA, André Ricardo (Ed.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Editora Contexto, 2000.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, v. 2, 2002.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos avançados**, v. 18, p. 7-22, 2004.

SOUSA, Edileusa Godói; GANDOLFI, Peterson Elizandro; GANDOLFI, Maria Raquel Caixeta. Empreendedorismo social no Brasil: um fenômeno de inovação e desenvolvimento local. **Dimensión empresarial**, v. 9, n. 2, p. 22-34, 2011.

SOUZA, A. C. A. A.; SILVA-FILHO, J. C. L. Dimensões da inovação social e promoção do desenvolvimento econômico local no semiárido cearense. **XXXVIII Encontro da ANPAD–EnANPAD, Rio de Janeiro (Anais EnANPAD 2014)**, 2014.

TARDIF, Carole; HARRISON, Denis. **Complementaridade, convergência e transversalidade: a conceituação da inovação social na CRISES** . Crises, 2005.

VASCONCELOS, Tércila Bezerra; MIKI, Adriana Fumi Chim; DA NÓBREGA, Pedro Ivo Silva. Uma Análise Comparativa do Empreendedorismo Social nas Macrorregiões Brasileiras: A COMPARATIVE ANALYSIS OF SOCIAL ENTREPRENEURSHIP IN THE BRAZILIAN MACRO REGIONS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 56, p. 337-357, 2021.

WARNOCK, R. Harnessing the power of social innovation to drive the Northern Ireland economy–Final draft. **Department of Enterprise, Trade and Investment–DETI**, 2014.